

Maquiavel e o Nascimento da Política Moderna

João Carlos Brum Torres

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil

Resumo: O autor propõe analisar as obras *O Príncipe* e os *Discorsi* de Maquiavel. A fim de examinar materialmente as posições de Maquiavel, o autor propõe, do ponto de vista epistemológico, que Maquiavel é um descobridor de continente, cria novos modos de análise, elucida novos problemas e novos objetos, como também redefine o próprio conceito do que é o saber. Tal proposta deve ser tomada como um percurso de leitura para a avaliação da importância histórica da obra de Maquiavel. Desse modo, ao seguir-se tal diretriz de análise, Maquiavel pode ser considerado um descobridor de continente, e convém averiguar em que sentido o *Príncipe* e os *Discorsi* mudam os padrões convencionais da análise política, introduzem novos problemas e novos objetos, de modo que alteram a própria ontologia do político, e simultaneamente revolucionam o sentido tradicional do conhecimento política. A avaliação do impacto de sua obra sobre a sabedoria política tradicional demanda precisar como ela subverte os princípios normativos que determinavam as variantes da filosofia política convencional e tradicional.

Palavras-Chave: Maquiavel e a Política; Príncipe; Discursos; Descobridor de Continente.

Abstract: The author proposes to analyze both work *The Prince* and the *Discorsi*, by Machiavelli. In order to examine materially Machiavelli's positions, the author proposes that epistemologically Machiavelli is a discoverer of continent, he creates new ways of analysis, he illuminates new problems and new objects, as well as he redefines the very concept of what knowledge is. Such proposal should be assumed as a way of reading his work in order to evaluate the historical importance of Machiavelli's work. Thus, by following such form of analysis, Machiavelli can be considered as a discoverer of continent and it must be inquired in which sense the *Prince* and the *Discorsi* change the conventional patterns of political analysis, introduce new problems and objects, in such a way that they alter the very ontology of politics, and simultaneously revolutionize the traditional meaning of political knowledge. The evaluation

of the impact of his work on the traditional political knowledge requires determining how it subverts the normative principles which determined the variation of traditional and conventional philosophy of politics.

Key-words: Machiavelli and Politics; Prince; Discourses; Discoverer of Continent.

Questões de método

“*Maior do que Cristóvão Colombo*”, esta a imagem empregada por Leo Strauss para realçar a importância ímpar de Maquiavel na fundação da política moderna. A justificativa para essa comparação eloquente, Strauss a apresenta ao assinalar que cabe ao florentino o crédito de ter descoberto “*o continente sobre o qual Hobbes pôde edificar sua doutrina*”¹. O título a ser atribuído a Maquiavel seria, portanto, o de **descobridor de continente**, e a glória que lhe tem sido imorredouramente reconhecida teria como fundamento justamente a abertura de territórios e horizontes teóricos até então ignotos.

Para o leitor de Strauss – mas também, e mais essencialmente para o leitor de Maquiavel – o que então se torna urgente saber é o que são as terras novelmente descortinadas, que riquezas escondem, que relevo apresentam, que desafios prenunciam.

Antes, porém, de passar a examinar materialmente as posições de Maquiavel, antes de tentar apontar e sublinhar suas inovações conceituais, creio que vale a pena continuar um instante com a metáfora de que partimos, pois foi também se valendo dela que, não há muito, Althusser apresentou a revolução teórica de Marx. A ideia ali era a de que, considerado do ponto de vista epistemológico, um descobridor de continente, inventa novos **modos de análise**, revela não só novos **problemas** mas também novos **objetos**, assim como **redefine o próprio conceito do que é o saber**. Ora, o que estou sugerindo é que essa lição pode ser tomada como um roteiro para a avaliação do relevo histórico da obra de Maquiavel, uma vez que fixa parâmetros claros para a determinação do caráter inovador ou não de um pensamento quando avaliado com relação a e nas medidas da história universal.

Portanto, a seguir-se tal diretriz de análise, o que precisa ser feito para determinar a exatidão da tese de que Maquiavel é um descobridor de continente, é averiguar em que sentido o *Príncipe* e os *Discorsi* (i) mudam **os padrões tradicionais de**

¹ In *Direito Natural e História*, na tradução francesa de Monique Nathan e Éric de Dampierre, publicada por Plon, Paris, 1954, p. 192.

análise política, (ii) introduzem **novos problemas e novos objetos**, nessa medida alterando a própria *ontologia* do político, ao mesmo tempo em que (iii) revolucionam o sentido tradicional da *sabedoria política*. Ademais, com relação ao último destes pontos, considerando que a obra de Maquiavel se coloca essencialmente no terreno prático, a avaliação de seu impacto sobre a sabedoria política tradicional exigiria precisar em que termos e em que escala ela subverte os princípios normativos que orientavam e orientam as diferentes variantes da filosofia política convencional e tradicional.

Muito embora esse programa de análise provavelmente seja demasiado ambicioso e, sob vários aspectos – especialmente os relativos a mudanças nos próprios objetos da ciência política –, eventualmente inapropriado para a avaliação da obra eminentemente prática de Maquiavel, quero crer, não obstante, que ele é um instrumento heurístico globalmente útil para a leitura e interpretação desta última.

1. Sobre a alteração maquiaveliana dos padrões tradicionais de análise política

Com relação ao primeiro desses pontos, o referente aos padrões ou estilos tradicionais de análise conceitual da política, creio que para bem avaliar o quanto há de novidade nas análises de Maquiavel há pelos menos três contraposições a fazer: a primeira e mais imediata a que compara sua obra com os chamados *miroirs du prince*; a segunda, a que a avalia tomando como referência as grandes obras de filosofia política da Antiguidade clássica; a terceira, enfim, a que a confronta com os tratados especulativos que viriam a ser forma padrão da filosofia política contratualista nos séculos XVII e XVIII. Desses cotejos, os dois primeiros permitem que se perceba a grande medida em que Maquiavel se afastou de seus antecessores, próximos ou remotos, e, portanto, quão historicamente inovadora foi sua obra; já o terceiro permite que se reconheça a *singularidade* de seu pensamento também com relação ao futuro, vis-à-vis ao que viria a ser o *main stream* da filosofia política que o sucederia.

a) *A comparação com os espelhos do príncipe*

Começando pela primeira dessas linhas de comparação, convém desde logo observar que um dos historiadores especialistas no assunto, Jacques Krynen, ao tratar

dos *espelhos do príncipe*, gênero literário típico da idade Média², assinala que esses escritos tinham como objetivo principal influenciar os governantes de modo a incliná-los na direção da virtude privada e da responsabilidade e justiça públicas, questão absolutamente crítica em uma época em que o poder monárquico não se encontrava submetido a quaisquer limitações formais e na qual, como diz Bernard Guenée, “*o único obstáculo prático à tirania é o horror (...) à tirania*”³.

É verdade que este objetivo pragmático, pelo menos no caso de algumas das grandes obras políticas que se costuma incluir dentre os *espelhos* – como o *Policraticus*, de John de Salisbury ou o *De Regimine Principum*, de Gilles de Rome –, era complementado por uma contribuição de caráter propriamente teórico, voltada à elaboração de uma doutrina sistemática do poder real, que acabava por transformá-los, como nota ainda Krynen, em *verdadeiros tratados de ciência política*.⁴

No entanto, é indiscutível seja parte central dos *espelhos* a ação educadora e edificante, o procedimento padrão sendo o “*de submeter como modelo ao futuro soberano a imagem de um príncipe perfeito*”. A construção dessa imagem ideal tinha invariavelmente um caráter moralizador, ainda que o procedimento de identificação, arrolamento e hierarquização das virtudes a serem perseguidas e cultivadas pelos bons príncipes fosse complexo e nem sempre e inteiramente coerente.

Ao tratar deste ponto, Quentin Skinner sustenta que, especialmente nos *espelhos* escritos pelos humanistas do período tardio, as qualidades que compunham o príncipe ideal combinavam as “*virtudes ‘cardeais’ listadas pelos moralistas da Antiguidade*”, as virtudes cristãs e as virtudes especificamente políticas, associadas ao exercício efetivo do poder régio.⁵ Dentre as primeiras devendo-se mencionar a *prudência*, a *temperança*, a *fortaleza de alma* e a *justiça*; dentre as segundas a *piedade*, a *humildade* e a *fé cristã*; entre as últimas, notadamente, a *liberalidade*, a *magnificência*, a *clemência* e a *palavra honrada*. O que explica muito bem porque Krynen abre seu livro sobre o *Ideal do príncipe e poder real* com um

² A despeito de que se lhe possam encontrar antecedentes na Antiguidade clássica. Cf. Jacques Krynen, *Idéal du Prince et pouvoir royal en France à la fin du Moyen Âge (1380-1440) – Étude de la littérature politique du temps*, Éditions A. Et J. Picard, Paris, 1981, p. 52, nota 4.

³ V. Bernard Guenée, *O Ocidente nos séculos XIV e XV (Os Estados)*, tradução de Luiza Maria F. Rodrigues, Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. 133. Cf. Krynen, ob. cit., 55.

⁴ Ob. cit., 54.

⁵ V. Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, trad. de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Mota, Companhia das Letras, 1996, p. 147.

capítulo preliminar destinado a explicar justamente, como se lê no título, *A exigência de uma ética régia*, e cuja primeira frase diz o seguinte:

Clérigos ou laicos, os intelectuais da Idade Média experimentam uma poderosa necessidade de moralizar. Muito cedo, em um mundo em que a desigualdade das condições encoraja os abusos, esses homens afirmam seu desejo de melhorar a vida social pela correção dos costumes.⁶

Ora, não parece ser necessária nem muito pesquisa, nem muita erudição para dar-se conta que a obra de Maquiavel, malgrado as aparências, rompe radical e absolutamente com esta tradição. Skinner, no entanto, procura contestar e relativizar essa ruptura, pondo ênfase na linha de continuidade que vincula Maquiavel a seus antecessores imediatos e, de uma maneira geral, ao gênero dos *espelhos do príncipe*. É, por exemplo, o que se vê muito claramente expresso na passagem seguinte:

Assim, muitas vezes se afirma que o livro de Maquiavel é inteiramente sui generis, ‘que não pode ser classificado em nenhuma categoria’, e até mesmo que ‘ignora por completo os conceitos e categorias’ nos termos dos quais os outros teóricos políticos de sua geração costumavam exprimir-se. A essa altura, porém, já se terá evidenciado que o formato, os pressupostos e vários entre os argumentos centrais do *Príncipe* fazem que seja fácil identificar esse livro como pertencendo a uma tradição já consolidada no pensamento político do final do Quatrocentos.⁷

Todavia, a despeito da grande autoridade e competência de seu autor, não creio que a argumentação apresentada seja suficiente para demonstrar que está errada a tese do caráter profundamente inovador da obra de Maquiavel. Com efeito, na sequência imediata da passagem recém citada, o próprio Skinner passa a apontar os pontos em que, não obstante a continuidade por ele enfatizada, é claro o caráter inovador do pensamento de Maquiavel.

⁶ Ob. cit., 51.

⁷ Essa passagem começara dizendo: “*Até aqui, no exame do Príncipe de Maquiavel, concentramo-nos em analisar em que medida se pode dizer que essa obra encarna os valores e preocupações que caracterizavam, num plano mais amplo, o gênero literário do espelho dos príncipes. Pareceu-nos absolutamente necessário principiar por essa perspectiva. Ela nos permitiu, em primeiro lugar, reconhecer um equívoco que ocorre com bastante frequência no tocante à relação entre O Príncipe e a literatura política mais convencional da mesma época.*” Ob. cit., 149-150.

O primeiro deles se encontra na recusa a considerar mais do que como uma ingenuidade a ideia tradicional de que levar uma vida virtuosa asseguraria ao Príncipe a realização das metas políticas fundamentais: a obtenção da honra, da glória e da fama, ceticismo este que é imediatamente complementado por uma valorização mais do que enfática do papel da força no desdobramento da ação política. Já o segundo ponto com relação ao qual Skinner admite a diferença da posição de Maquiavel com relação ao pensamento de sua época se encontra em uma alteração radical no modo de compreender as próprias virtudes, pois é notório – e Skinner segue aqui uma linha de análise proposta por Isaiah Berlin⁸ – que no pensamento do florentino se encontra uma nova doutrina das virtudes políticas⁹, distinta e incompatível com a doutrina convencionalmente moralizante própria dos *espelhos* elaborados à maneira tradicional.

Mesmo deixando de lado qualquer outra consideração, somente estes dois pontos de diferença são suficientes para mostrar que a linha de continuidade do pensamento de Maquiavel com o pensamento de seus antecessores imediatos é parcial e de caráter formal, o conteúdo doutrinário do *Príncipe* e dos *Discorsi* implicando, na verdade, uma ruptura muito profunda com relação aos ensinamentos clássicos dos *miroirs*. Pois é evidente que o interesse e o objetivo de Maquiavel certamente não eram os de fazer um breviário para a educação virtuosa – pelo menos no sentido em que tradicionalmente fora sempre entendido o substantivo *virtude* e o adjetivo *virtuoso* – do príncipe, nem tampouco lhe interessava ditar regras sobre como se deveria organizar político-socialmente a sociedade a partir de princípios mais ou menos organicistas.

b) A política de Maquiavel comparada à da Antiguidade clássica

Aliás, este último ponto já nos endereça para a segunda linha de contraposição do pensamento maquiaveliano, a que o contrasta às obras políticas da Antiguidade clássica, com relação às quais a distância de Maquiavel é ainda maior do que a relativa aos escritos políticos da Idade Média e do humanismo renascentista.

Com efeito, não há na obra de Maquiavel nem resquício do projeto platônico de fundar metafisicamente os princípios de uma cidade ideal, nem essa mistura singular de exame minucioso dos elementos que compõem a cidade com a preocupação de

⁸ V. ob. cit., p. 155, nota 11 (633). Cf. Isaiah Berlin, *A originalidade de Maquiavel*, in *Estudos sobre a humanidade*, trad. de Rosaura Eichenberg, Companhia das Letras, 2002, passim.

⁹ Id. ib.

classificar as formas políticas e de avaliá-las normativa e prescritivamente, que encontramos na *Política* de Aristóteles.

Maquiavel não faz uma teoria da *polis* e se a diferença entre *república* e *principado* é certamente um tema de seu pensamento, a importância que lhe é atribuída deriva menos das qualidades intrínsecas que se pode atribuir às diversas formas de governo, do que as implicações que a vigência de uma ou de outra delas traz para a questão que para ele é central: a relativa ao modo de conquista e preservação do poder. O que é também dizer que o interesse de Maquiavel não é o de traçar o desenho de uma polis ideal, nem o de esclarecer os elementos e princípios que devem compor uma cidade que exista conforme aos fins essenciais de toda polis, mas antes a questão especificamente política de como o poder deve ser exercido com vistas à preservação de seu controle por parte de quem o detenha, sem que, aliás, o benefício externo resultante da consecução desse desiderato precise ser mais do que a simples e relativa estabilidade da vida social na comunidade em que o poder é exercido.

c) Maquiavel e a tradição do contratualismo moderno

Se agora, mudando o vetor temporal da análise e atacando a terceira das linhas de contraste sugeridas acima, nos perguntarmos como a obra de Maquiavel pode ser comparada com a de seus sucessores, com os tratados contratualistas que viriam a formar o núcleo principal da filosofia política moderna, o registro a fazer é que também nesse caso a obra de Maquiavel se distingue e extrema particularmente, porque a questão da legitimação **normativa** das instituições políticas é inteiramente alheia a suas preocupações, o foco de seu interesse sendo a questão do exercício puro do poder e das condições que concernem imanentemente esse exercício.

*Maquiavel e o
Nascimento da
Política Moderna*

João Carlos Brum
Torres

d) Uma primeira conclusão: Maquiavel, o teórico do poder puro

Este ponto implica dizer que a distância em que Maquiavel se mantém seja da doutrina do príncipe virtuoso, própria dos *espelhos*, seja da ideia de construção de cidades ideais e justas, própria dos Antigos, seja do desafio moderno de estabelecer fundacionalmente a legitimidade do poder político - a distância em que se mantém, enfim, do tratamento, quase universal, das questões políticas como questões éticas - é justamente a condição que lhe permite isolar **conceitualmente** o fenômeno do **poder**

puro, do poder considerado em e por si mesmo, imanentemente. Aliás, fenômeno do poder este que, não por ser obviamente familiar do ponto de vista prático -familiar porque coextensivo à vida social dos homens -, deixava de ser um escotoma teórico; obliterado, talvez, à maneira dos fatos que se encontram na ponta etiológica dos traumas psíquicos.

2. Os novos objetos da política de Maquiavel

Seja como for, neste sentido deve-se reconhecer que Maquiavel é o grande teórico da *política pura*, da consideração do poder em si mesmo, do poder estritamente dissociado das considerações normativas com as quais sua análise esteve invariavelmente associada e que não permitiam que o elemento central da política fosse adequadamente percebido e analisado. Aliás, repare-se que Maquiavel era inteiramente cômico do teor da mudança que estava a introduzir, como claramente se vê, por exemplo, na seguinte passagem:

Resta-nos ver, agora, quais devem ser as maneiras e o governo (*governi*) de um príncipe em relação a súditos e amigos. E como sei que muitos já escreveram a esse respeito, tenho dúvidas de que, escrevendo também eu, não passarei por presunçoso, distanciando-me, sobretudo ao tratar dessa matéria, das orientações (*governi*) dos outros. Mas sendo meu propósito escrever coisas úteis para quem entende do assunto, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade efetiva das coisas, antes que ao imaginado sobre elas. Muitos imaginam repúblicas e principados que nunca foram vistos, nem verdadeiramente conhecidos. Há uma distância muito grande entre o que se vive e o que se deveria viver, de tal forma que aquele que deixa o que faz pelo que deveria fazer, encontrará mais depressa a sua ruína do que a sua salvação (...).¹⁰

Não poderia ser mais claramente expressa a ideia de que é preciso afastar-se das considerações ideais e normativas se se quiser fazer obra útil, capaz de efetivamente ensinar como deve ser o governo dos homens, o exercício real do poder.

¹⁰ O *Príncipe*, cap. 15. In *Opere di Machavelli*, Edizione Del Centenário, U. Mursia & C., Milão, 1969, p. 40. Cf. José Antônio Martins, organizador e tradutor *Maquiavel – O Príncipe [edição bilíngue]*, Editora Hedra, São Paulo, 2007, p. 153.

Se, pois, voltarmos a nos perguntar sobre a quantas andamos com relação a nosso programa de análise e se passarmos agora à segunda das frentes que ali abríamos, a que interroga sobre em que medida a obra de Maquiavel põe em foco **novos objetos conceituais**, creio que também aqui podemos confirmar o caráter inovador de seu pensamento de sorte que também nesta segunda ordem de considerações parece justificar-se a ideia de considerá-lo como um *descobridor de continente*. Convém, no entanto, voltar ao tema para enfatizar e tornar mais preciso este ponto.

a) Maquiavel e as concepções organicistas da unidade política e do Estado

Para fazê-lo, porém, para introduzir essa segunda ordem de avaliação da obra de Maquiavel, será útil que façamos uma consideração adicional sobre a questão que vínhamos considerando até agora, a relativa às mudanças nos padrões tradicionais de análise política, pois isso nos conduzirá naturalmente à análise das novidades trazidas pelo florentino com relação à própria ontologia do político.

O que estou sugerindo é que, além das três comparações que até agora fizemos da obra de Maquiavel – com os *miroirs du prince*, com a *filosofia política grega*, com a *tradição contratualista* –, há ainda uma *quarta* linha de confrontação de sua obra com o pensamento político tradicional, constituindo-se este último cotejo justamente no recurso heurístico de que precisamos para poder ver com nitidez como o pensamento maquiaveliano muda os próprios objetos da análise política.

Sheldon S. Wolin chama atenção para o fato de que o ostensivo **realismo** das análises tanto do *Príncipe* quanto dos *Discorsi* se associa à **objetividade** e, num certo sentido, a **neutralidade** da análise.¹¹ A consequência é que Maquiavel, em muitas ocasiões – a propósito de questões internas, como de questões de política internacional – pode natural e facilmente colocar-se na posição de interesses sócio-políticos opostos para traçar, indiferentemente, as linhas de ação que seria instrumentalmente mais racional adotar com vistas a sua respectiva preservação e promoção.

O que aqui mais interessar ressaltar, porém, é que esse procedimento também faz com que Maquiavel trate das relações entre o *príncipe*, a *aristocracia* e o *povo* em termos puramente **pragmáticos, inteiramente alheios às visões organicistas do corpo**

¹¹ V. Sheldon S. Wolin, *Politics and Vision*, Enlarged Edition, Princeton University Press, Princeton and Oxford, 2004, p. 188.

político que haviam sido trazidas para o centro das concepções da organização político-social durante a Idade Média e permaneciam no início da modernidade.¹²

Aliás, para destacar de maneira mais adequada a novidade do pensamento de Maquiavel com relação a esta problemática, não será demais que nos detenhamos por um momento sobre essa outra maneira de compreender - metafisicamente, por assim dizer – a política e que, embebida nas mais profundas e ritualizadas práticas do que Maquiavel costumava chamar de monarquias *hereditárias*, foi por ele inteiramente ignorada. Otto Hintze a apresenta sinteticamente da maneira seguinte:

(...) a doutrina das corporações [criada pelos canonistas a partir de uma mistura de ideias jurídicas romanas e germânicas] traz para o Estado a nova concepção de uma entidade orgânica, uma espécie de corpus mysticum secular, com a imagem de cabeça e membros que pertencem a um mesmo corpo e formam uma unidade orgânica.¹³

Ora, é patente que nada pode ser mais estranho ao pensamento de Maquiavel do que as ideias de uma unidade orgânica e mística do corpo político. Por certo, pode-se sem dificuldade entender que essas doutrinas alternativas se adequavam bem às realidades políticas de França e Inglaterra, uma vez que ali a perpetuação do exercício dinástico do poder e a formação precoce da unidade política haviam colocado naturalmente em destaque o fenômeno surpreendente de sua longa continuidade, de sorte que construir categorias que ao mesmo tempo explicassem e fortalecessem ideologicamente esse eixo de estruturação do poder e de equilíbrio político era uma tarefa incontornável, a que se dedicaram intensamente principalmente os grandes *legistas* do período, para empregar o termo *francês* que designava a esse corpo de intelectuais orgânicos das grandes monarquias ocidentais. E, por certo, ter-se-á já entendido, nada disso existia na Itália, onde os conflitos entre o Papado e o Império não haviam produzido senão fragmentação das unidades políticas, debilitamento e instabilidade das

¹² Wolin diz que Maquiavel “ao invés de romper” com as concepções organicistas “que se ajustavam tão mal às inclinações de seu pensamento” lutava para “expressar-se na antiga terminologia.” Id., 192. Mas às remissões a *Discorsi* 2.1, 2.4, 1.44, 1.57 e as *Istorie Fiorentine* 5.2 e 6.7 não parecem abonar a opinião, cabendo, no máximo, falar de apagados e subvertidos vestígios do pensamento organicista quando se lê, por exemplo, no título do capítulo 44º dos *Discorsi*, que “*uma multidão sem um chefe é inútil*”. Cf. *Opere*, de. Cit., p. 149. Cf. Maquiavel, *Comentários à Primeira Década de Tito Lívio*, trad. de Sérgio Fernandes Guarischi Bath, Editora Universidade de Brasília, 2ª de., Brasília, 1982, p. 143.

¹³ In *The preconditions of representative government on the context of the world history*, apud *The historical Essays of Otto Hintze*, ed. By Felix Gilbert, Oxford University Press, New York, 1975, p. 325.

estruturas de autoridade, gerando uma situação de poder inominado e permanentemente aberto a iniciativas concorrentes e à disputa das partes em lide.

É evidente, porém, que o reconhecimento dessa diferença nas condições históricas que suscitaram o pensamento de Maquiavel relativamente aquelas em que laboraram os legistas, em nada afeta a originalidade de seu pensamento, porque, independentemente de quais tenham sido seus condicionamentos, a verdade é que o isolamento do fenômeno puro do poder é uma conquista teórica maior, da qual brotaram tanto a ciência política no sentido mais restrito da palavra, quanto o pensamento puramente estratégico e técnico que, a partir de então, viria a caracterizar o *background* conceitual da condução política mais clarividente e calculista.

As implicações teóricas deste ponto são, no entanto, muito mais profundas, pois pode-se dizer que ao centrar o foco de sua atenção sobre a iniciativa e a condução política, ao tratar das regras que devem presidir a **ação política** e ao deixar de lado, portanto, o exame das estruturas ideológicas e institucionais que enquadram e estabilizam os governos nas formações estatais mais tradicionais, Maquiavel introduz implicitamente uma alteração de enorme alcance na própria compreensão da **unidade** e da **identidade** políticas.

O que estou sugerindo é que Maquiavel ao depositar sobre a conduta dos *condotieri* o sucesso ou o fracasso, o logro ou o malogro da estabilidade e da unidade políticas, **abandonava a ideia de que a unidade e a identidade política são anteriores e mais profundas do que a ação política.**¹⁴

Aqui, também, por certo, as taras, as deformações, as debilidades da formação social italiana ao fim da Idade Média, podem ser tidas como os condicionantes imediatos das análises maquiavelianas, eis que contrastavam agudamente com as experiências históricas das grandes monarquias hereditárias, dentre as quais avultavam, como já aludido, França, Espanha e Inglaterra.

b) A situação de exceção e o caráter performativo do poder

No entanto, neste caso também a explicação histórica das circunstâncias que levaram o florentino a assim pensar importa pouco, sobretudo porque raciocinar a partir

¹⁴ Este ponto também pode ser expresso em uma linguagem menos comprometida com a complexidade da história das idéias se dissermos que para Maquiavel a diferença entre estrutura e conjuntura é pouco significativa, a **conjuntura** sendo vista como a base incontornável de qualquer estabilidade estrutural.

da situação de exceção - como se deveria saber desde Maquiavel, mas como se sabe, de fato, apenas a partir da lição expressa de Carl Schmitt - é, no caso da análise política, um procedimento heurísticamente privilegiado, uma vez que somente quando da ruptura da normalidade política, nos processos de nascimento e morte das formas políticas, se pode divisar com clareza o contorno verdadeiro do fenômeno do poder.

E isto quer dizer, em termos mais concretos, que examinar o processo de tomada do poder e de fundação do Estado a partir da **ação política** do príncipe é colocar-se na situação em que tem lugar **toda** fundação política, por oculta, imemorial e mitificada que em alguns casos possa ser a origem dos Estados.

Este ponto, na verdade, nos devolve a nosso programa de análise e mais especificamente à questão de saber em que medida a mudança no registro da análise política efetuada por Maquiavel acarreta uma mudança nos próprios objetos desta última.

Isolar o fenômeno do poder, como assinalado acima, por certo já envolve a introdução no domínio de análise de um novo objeto, mas agora estamos sugerindo que a ênfase maquiaveliana na ação política traz consigo uma visão da identidade política como constitutivamente dependente de uma ação **performativa**. O que é sugerir que a formação de uma entidade política qualquer, em última análise, resulta mais da ação política do fundador de Estado do que das inércias sociais.

Por certo, esta não é uma tese fácil, mas talvez se nos deslocarmos por um instante do contexto maquiaveliano, e prestarmos atenção a uma lição de um teórico que certamente tem posições antípodas às de Maquiavel, se torne mais fácil entender o ponto que estou sugerindo aqui. O que tenho em mente aqui é a lição Kant quando, na conclusão das respostas que deu aos comentários críticos de Bouterwek à primeira edição da *Doctrina do Direito*, asseverou:

A submissão incondicional da vontade do povo (a qual em si mesma não é unida, sendo, portanto, sem lei) a uma vontade **soberana** (que tudo une por meio de **uma** lei) é um **fato** que só se pode desencadear ao empalmar-se a autoridade, começando, assim, a estabelecer-se o direito público.¹⁵

¹⁵ V. Immanuel Kant, *A Metafísica dos Costumes*, EDIPRO, 2003, p. 215 (4k, 6, p. 372).

Ora, o ponto de Kant aqui é que o fato de que a efetiva tomada do poder, a empalmação da posição de comando soberano, é, por si mesma e independentemente das condições em tenha tido lugar, o ato de fundação da **legitimidade** política.

Accita essa lição, compreende-se por que, quando Maquiavel põe toda ênfase nas questões relativas à tomada e à preservação do poder, ponha-se em jogo também o fundamento último de toda legitimidade política. Isto quer dizer que o horizonte do pragmatismo e do realismo político maquiavelianos, longe de afastá-lo irremediavelmente das questões normativas, permite que ele se aproxime limpidamente das condições fácticas na ausência das quais não poderia haver nenhuma ordem jurídica estabelecida, nem *a fortiori*, o estabelecimento, consequente, do direito público.

Isto quer dizer que Maquiavel introduz novos **objetos** na análise política não apenas ao isolar o fenômeno do poder, mas também ao propor que se reconheça um novo fundamento para a unidade e da identidade política: a força fundadora e conformadora da ação do príncipe, fundação e conformação essas que devem ser entendidas não apenas como o momento facticamente inaugural de um novo mando político, mas também como tempo de abertura de uma nova ordem normativa.

Isto quer dizer que Maquiavel desloca o pensamento fundacional sobre ordem política das estruturas simbólicas despersonalisadoras e **desativadoras** ou **desmobilizadoras** em que ele fora pensado ao longo da Idade Média – que retiravam o poder real do alcance da mão humana, para o colocarem no terreno místico das representações da realeza centrada no Cristo, na Lei e na metafísica do *corpo místico*, para valer-me das análises de Kantorowicz¹⁶ – para o terreno das relações reais de poder e da ação política. Isto quer dizer que neste plano, o que Maquiavel faz é levar às últimas consequências o movimento de **dessacralização** do poder que vinha se desenvolvendo na Itália dos quatrocentos.

Ora, se este ponto for admitido, então se poderá dizer que esta alteração no modo mesmo de conceber o político atesta que não há exagero em sustentar que a obra de Maquiavel satisfaz também à segunda das frentes em que, como dissemos acima, se decide se um pensamento tem ou não *escala continental*: o terreno da ontologia, porque então ter-se-á que admitir que sim, é verdade, Maquiavel muda a compreensão de base

¹⁶ V. Ernst Kantorowicz, *The King two Bodies*, Princeton University Press, 1957, *passim*. Cf. Marcel Gauchet, *Christianisme et Politique*, in *Le Débat*, n° 14, juillet-août 1981 e n° 15, septembre-octobre 1981.

do que são a unidade e a identidade políticas das sociedades, assim como desvela e põe em grande realce um novo modo de determinar o fundamento do poder político.

c) A fortuna como sinal do caráter constitutivamente de risco da performatividade do poder

No entanto, com relação a esta segunda frente de avaliação das inovações de Maquiavel ainda nos falta considerar outra de suas incomparáveis novidades conceituais, a que se contém na transformação da **fortuna** em categoria política fundamental.

O modo como é introduzido o ponto, por exemplo, nos capítulos VII e XXIV do Príncipe, pode facilmente fazer pensar que Maquiavel não faz mais do que o registro banal, sempre presente em novas avaliações ordinárias do curso da vida, de que há coisas que escapam a nosso controle e que nem sempre o que pretendemos tem o desenlace que desejávamos e prevíamos. E essa impressão tem, sem dúvida, procedência. No entanto, quando se presta atenção a que o texto contrapõe sistematicamente a **fortuna** à **virtude**, concebida no sentido maquiaveliano do termo – isto é, como o conjunto de capacidades e habilidades de condução política necessárias à conquista e preservação do poder e, assim, à fundação e manutenção do Estado – é impossível deixar de ver que Maquiavel continua a falar do que é mais essencial à teoria pura do poder: o reconhecimento de que todo poder é, constitutivamente, um empreendimento de **risco**.

Acima dissemos que a maneira em que Maquiavel compreende a fundação e a permanência do Estado, sua ênfase na dimensão estritamente política desses fenômenos e sua ênfase na iniciativa e na ação do protagonista político tornam natural considerar os discursos e atos de fundação política como **performativos**, eis que Maquiavel concebe a instituição da ordem política, a fundação constitucional, como assentada em uma **iniciativa**, uma iniciativa que tem o condão de gerar uma nova entidade política.

É claro, porém que ao contrapor aos requisitos necessários à consecução exitosa dessa ação fundadora – a virtude do príncipe – a exposição desses atos à força imprevisível e incontrolável da roda da fortuna, Maquiavel está dizer que a performatividade da ação política fundamental é constitutivamente de **risco**, vale dizer: inassegurável de antemão, sujeita a uma imponderabilidade de fundo tanto do pensamento quanto da conduta do povo, dos aliados, dos rivais, dos destinatários,

enfim, desses atos e falas que se autoproclamam soberanos, mas que têm sua efetividade sempre de algum modo posta em suspenso.

3. A sabedoria política segundo Maquiavel

Se, mais uma vez, nos perguntarmos como anda a realização de nosso programa de análise, creio que podemos admitir sem receio, que evidenciada estão tanto as inovações da obra de Maquiavel com relação à *análise* política, quanto com relação à redefinição e renovação dos *problemas* e *objetos* fundamentais da teoria política.

Restar-nos-ia ainda a questão relativa à mudança na compreensão do que seja a *sabedoria* política, a subversão que a obra de Maquiavel traria também nesta frente.

Creio que neste caso não é difícil perceber que a tarefa do analista torna-se muito mais fácil porque é de reconhecimento incontestado e universal que a concepção maquiaveliana da sabedoria política é não apenas nova, mas terrivelmente singular, a controversa e polêmica imensa fama de Maquiavel tendo origem justamente nessa dimensão de sua obra.

A primeira frase do livro que Leo Strauss dedica a Maquiavel trata exatamente desse ponto e diz o seguinte:

Não chocaremos ninguém, nos exporemos no máximo ao benevolente ou, em qualquer caso, inofensivo ridículo, se nos declararmos simpáticos à antiquada e simples opinião de acordo com a qual Maquiavel era um **professor do mal**.¹⁷

E Strauss prossegue perguntando-se de que outra maneira se deveria classificar a um homem que ensina, que doutrina os príncipes para que exterminem a seus rivais, antes que os expropiem, uma vez que os mortos, à diferença dos roubados, não pensam em vingança; para que sejam avaros e mesquinhos no uso de seus próprios recursos e generosos e liberais quando empregam os dos outros e assim por diante.

É verdade que, ainda nessas mesmas páginas, Strauss assinala que se considerarmos a Maquiavel como um pensador do mal, como uma figura diabólica, não devemos esquecer que o demônio é um anjo caído. Seja como for, é manifesto que esse

¹⁷ V. *Thoughts on Machiavelli*, Chicago University Press, Chicago, 1978 (paperback edition), p. 9.

juízo não é consensual entre os intérpretes de Maquiavel e que, modernamente, ele está longe de expressar a posição dominante.

Isaiah Berlin, mesmo reconhecendo, por exemplo, que a posição de Maquiavel com relação ao emprego da violência na cena política não é a de que ele é admissível em situações excepcionais, conforme a doutrina tradicional da *razão de Estado*, mas sim a de que o emprego da força deve ser visto como justificado mesmo em situações normais, não conclui dessa e de outras evidências nem que Maquiavel seja um campeão do vício, nem que se o deva tomá-lo como um pensador **amoral**, responsável pelo seccionamento que arredou inteiramente a política da moral, mas antes o tem como o proponente da volta à doutrina **romana** das virtudes, entendendo-se a esta como uma doutrina das virtudes especificamente políticas, para a qual a ordem, a estabilidade do mando, a segurança e a salvação pública são os valores maiores frente aos quais todos os demais se devem subordinar e ceder.

Mais, a lição de Berlin é de que o mais agudo, o mais molesto, a ferida incurável que Maquiavel infligiu ao coração da mais profunda e universal das crenças da civilização ocidental foi a ideia de uma impossibilidade das virtudes que se impõem nos diferentes domínios de ação, complementada pela renúncia sem esperança das expectativas de que em algum ponto do passado ou do futuro, nesta ou em outra vida, haja uma resposta coerente, unificada e integral a interrogação sobre o modo em que os homens devem viver.¹⁸

Se, no entanto, reconhecermos que Maquiavel isolou o fenômeno puro do poder e se, em consequência, tomarmos as recomendações por ele feitas com relação ao modo como se deve proceder para conquistá-lo e preservá-lo como encerradas dentro do espaço fechado do poder, não parece que caiba falar de virtude senão por analogia, simplesmente para designar os graus de competência ou incompetência – se se quiser, de excelência ou desqualificação – dos agentes políticos, os elementos normativos aí implicados devendo ser vistos não como éticos, mas como valores autônomos e irreduzíveis ao domínio propriamente moral. De resto, assim, mais aparentados e próximos dos graus de mensuração com que distinguimos e avaliamos graus de habilidade no exercício de atividades técnicas do que do domínio denso e sempre

¹⁸ Ob. cit., 345.

pessoalmente comprometido dos juízos enquadrados em uma ou outra das doutrinas das virtudes tradicionais.

4. Conclusão

Se, para concluir, nos perguntarmos agora, como nos devemos posicionar frente a este paganismo político de Maquiavel, frente ao hiper-realismo com que trata da política real, creio que, arrasadoramente perturbados pelas lições do século XX – marcado, como sabemos, não apenas por duas guerras mundiais, mas pelas sangrentas experiências totalitárias e por vários casos de ação política genocida – não creio que possamos sensatamente nos conformar com a separação absoluta, com o isolamento, das qualidades que deve ter o governante, dos valores morais que devem presidir o conjunto da vida humana em sociedade e, muito especialmente, a defesa da liberdade e da justiça como patrimônios irrenunciáveis, como padrões universais de reivindicação, luta e direito dos cidadãos frente ao Estado.

Isto não é negar a agudeza e mesmo a verdade das lições maquiavelianas sobre a política, mas é simplesmente dizer que a política é demasiado importante, decisiva demais, para que a possamos deixar entregue a si mesma.

113

*Maquiavel e o
Nascimento da
Política Moderna*

João Carlos Brum
Torres